



CONTY A-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 12, N° 94 - Setembro de 2022

A contradição por trás da tão propagandeada *deflação*

Setembro de 2022

Com a proximidade das eleições e a necessidade de reverter o mal resultado nas pesquisas, o governo Jair Bolsonaro tentou controlar parcialmente a inflação com medidas superficiais. No entanto, a alta de preços segue castigando as camadas mais baixas da classe trabalhadora.

Apesar de certa melhora, o patamar ainda é muito elevado considerando os últimos 12 meses. No texto a seguir, utilizamos como referência o Índice Nacional de Preços Ao Consumidor (INPC)¹ e o Índice Nacional de Preços Ao Consumidor Amplo (IPCA)², ambos do IBGE.

Boa leitura!

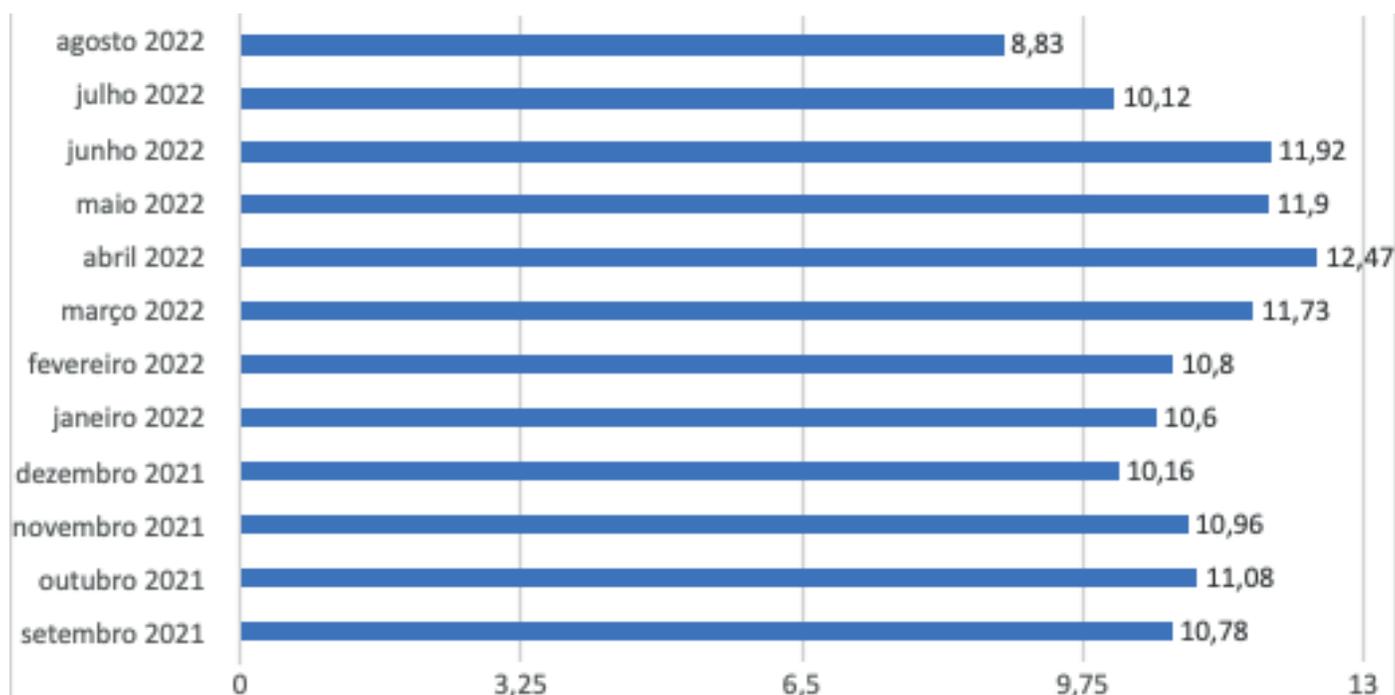


¹ O INPC é calculado mensalmente e leva em conta a variação dos preços da cesta de consumo da população com rendimentos entre 1 e 5 salários-mínimos (SM), em 10 regiões metropolitanas, 5 capitais mais o Distrito Federal.
² O IPCA também é calculado pelo IBGE, com a diferença de medir a inflação para a faixa salarial mais ampla de 1 a 40 SM.

Inflação segue elevada

Considerando os últimos 12 meses, depois de atingir o pico de 12,47% em abril, o índice caiu até marcar 8,83% em agosto. Pela primeira vez desde setembro de 2021, ficou abaixo dos 10%.

Brasil - Inflação mensal, acumulada nos últimos 12 meses (em %)

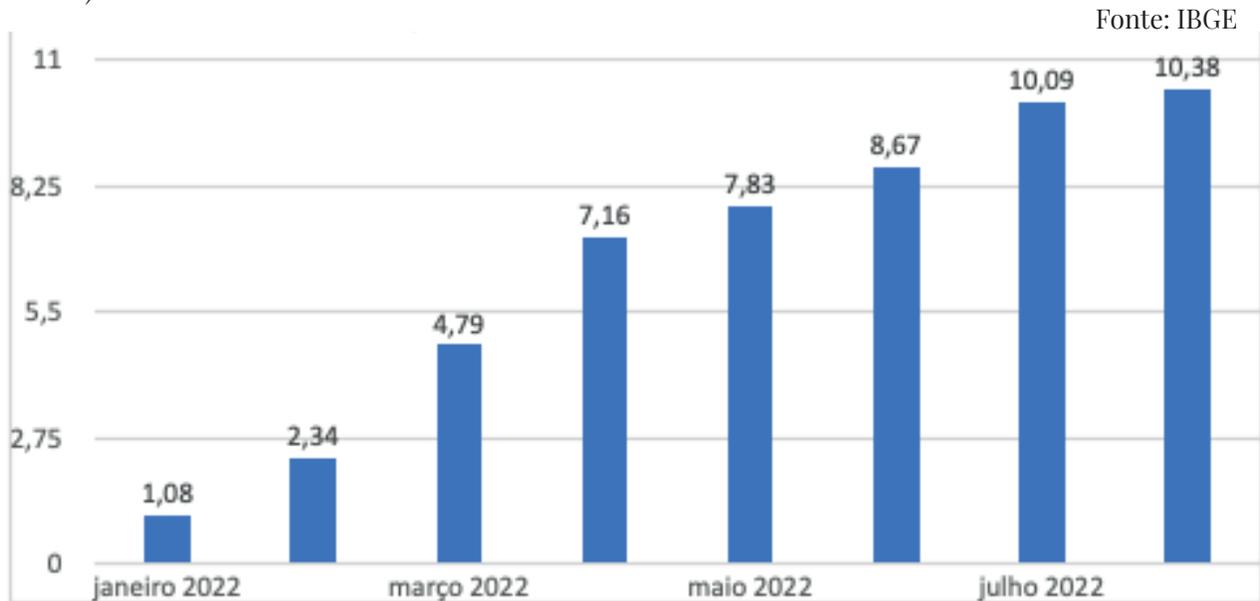


Fonte: IBGE



Isso não significa que itens como os alimentos tiveram a mesma variação, o que é facilmente constatado neste segundo gráfico:

Brasil - Inflação dos alimentos acumulado no ano (em %)

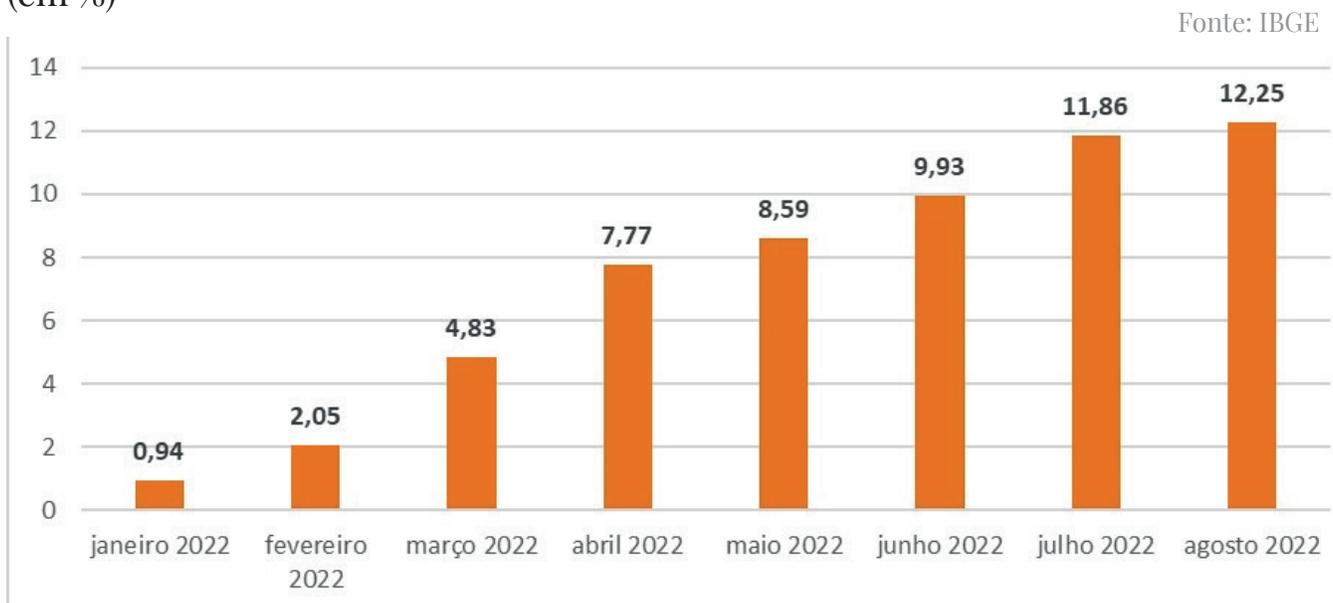


Nos últimos meses foram zeradas alíquotas de importação de produtos como carne bovina, farinha de trigo, milho em grão, miúdos de aves. O ICMS foi fixado em 18%. O objetivo era aliviar a alta de preços com o impacto nas tarifas de

energia e nos combustíveis. Esse dado é revelador do efeito limitado e parcial das políticas do governo Bolsonaro.

Entre as capitais, considerando desde janeiro de 2022, São Paulo teve o pior resultado:

São Paulo - Inflação dos alimentos acumulado no ano (em %)



Inflação dos alimentos e *por faixa de renda*

É possível identificar a mesma realidade segundo outro parâmetro: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo. É com base nele que o IPEA analisa a variação de preços de acordo com a faixa de renda da população.

O acumulado de 12 meses completados em agosto demonstrou uma

situação bem mais favorável para famílias de renda média-alta, que para as de renda muito baixa (abaixo de R\$ 1.726,01 por domicílio).

Conforme a tabela a seguir mostra, o acumulado em 12 meses para renda baixa foi de 9,2%. Para renda média-alta, 8,2%.

Inflação por faixa de renda

(Em %)

	Variação mensal			Variação acumulada	
	jun-22	jul-22	ago-22	Ano	12 meses
IPCA	0,67	-0,68	-0,36	4,39	8,7
Renda muito baixa	0,61	-0,34	-0,12	4,94	9,2
Renda baixa	0,63	-0,50	-0,24	4,70	8,9
Renda média-baixa	0,62	-0,82	-0,40	4,18	8,6
Renda média	0,70	-0,85	-0,44	4,22	8,6
Renda média-alta	0,72	-0,82	-0,47	4,11	8,2
Renda alta	0,98	-0,42	-0,51	4,71	9,1

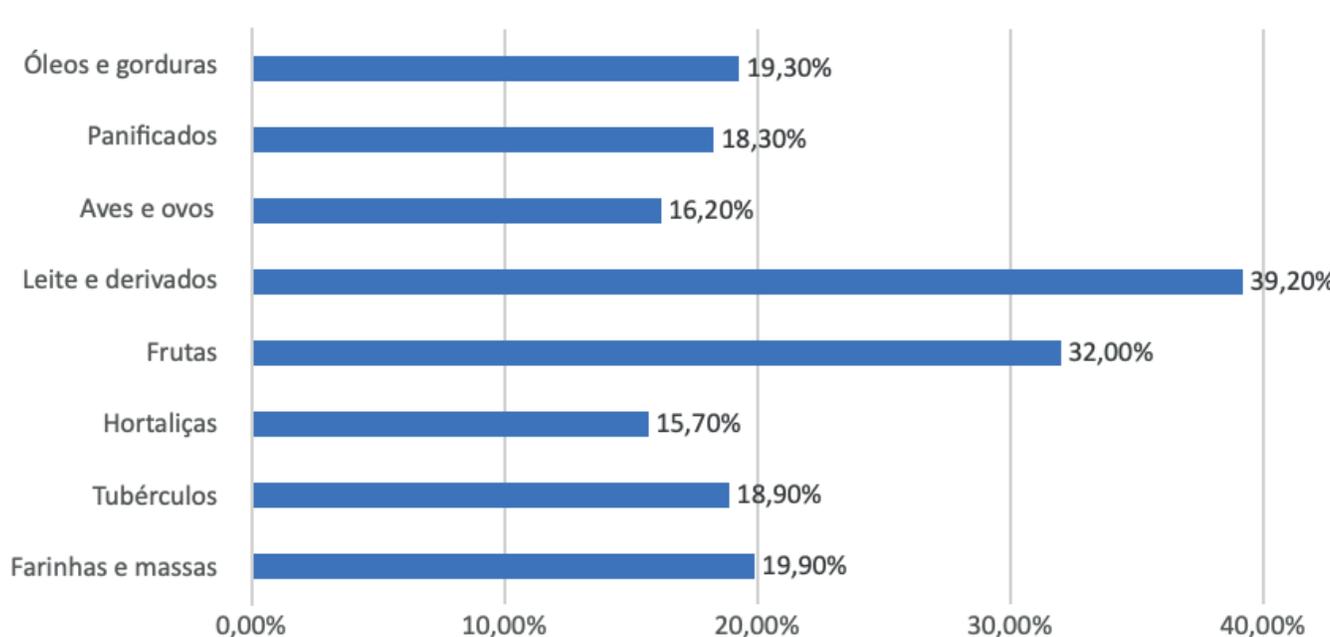
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.



O que explica isto? A razão reside nos alimentos e bebidas:

Alta no preço de alimentos e bebidas *para famílias de baixa renda*

Fonte: IPEA



No caso das famílias de renda mais alta, para as quais o gasto relativo com esses produtos básicos pesa menos no bolso, os pontos de maior preocupação são os aumentos do transporte por aplicativo (43,9%), das passagens aéreas (74,9%), do seguro veicular (43,6%) e dos automóveis novos (15,1%).

Nesse cenário, o Governo Bolsonaro adotou algumas medidas para conter a inflação. Elas serão analisadas a seguir.

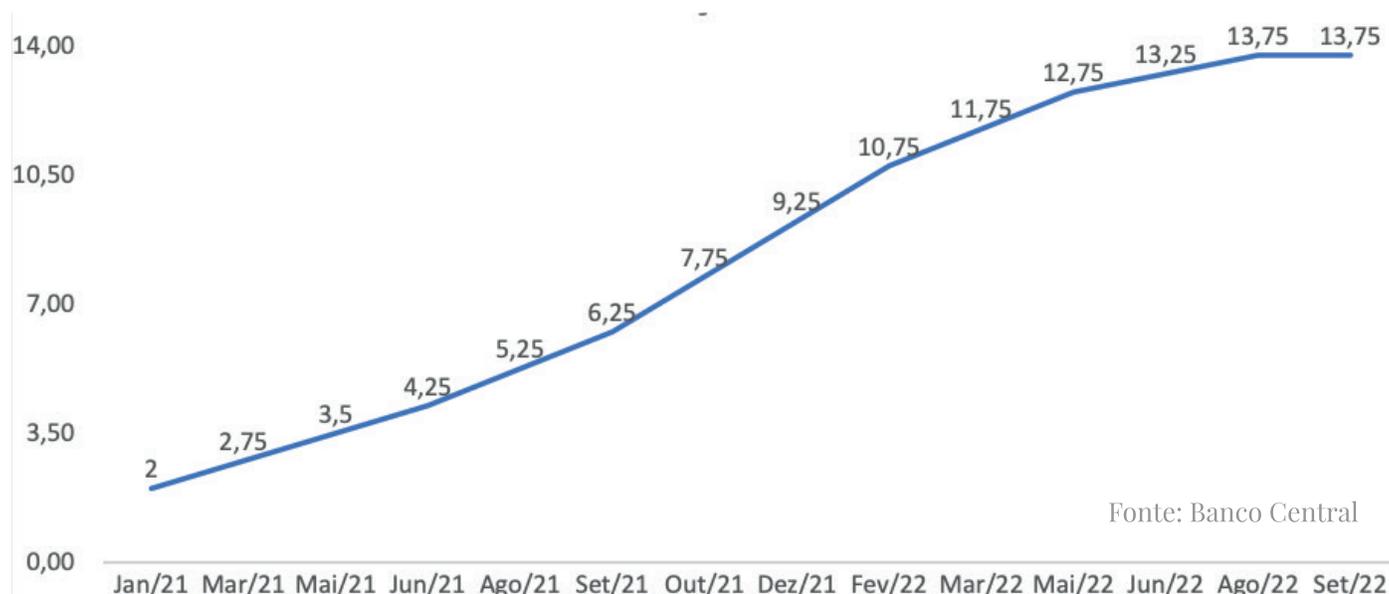


³ Carta de conjuntura, nº56, 3º trimestre de 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/09/220912_cc_Nota-21-ago22.pdf

Alta da Selic favorece só os *banqueiros*

Uma delas foi subir a Selic, a taxa básica de juros da nossa economia. Isso explica a alta constante a partir do ano passado.

Variação da *Selic*



No entanto, se esta política neoliberal tão comum favorece o capital financeiro, leva problemas graves para a população trabalhadora. Para se ter uma ideia mais concreta do significado de classe do gráfico acima, basta citar o fato de que Selic corrige um terço da dívida pública. Os reajustes aumentam o endividamento público, na medida em que encarecem os títulos do Governo. Mais de 60% desses papéis estão nas mãos de grandes bancos e fundos de investimento.

O outro lado da moeda é o prejuízo causado aos trabalhadores. O endividamento das famílias é o maior em 12 anos, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em agosto, a estimativa foi de que 78% das famílias brasileiras estão endividadas, 29% têm pagamentos atrasados e mais de 20% estão com mais da metade da renda comprometida com dívidas⁴. Outra iniciativa oficial foi no campo tributário.

⁴ <https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/endividamento-e-inadimplencia-atingem-maior-percentual-em-12-anos/434867>

Combustíveis e energia: o corte que não resolve o problema

A Lei Complementar (LC) 194 de junho de 2022, alterou o Código Tributário Nacional e a Lei Kandir para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022⁵, e 159, de 19 de maio de 2017.

Sobre essa base, congelou em 18% a base de cálculo do ICMS e desonerou tributos como o PIS, Pasep e Cofins sobre alguns produtos. Isso atingiu diretamente a arrecadação dos estados em cerca de R\$ 1 bilhão por mês no período de novembro de 2021 e fevereiro de 2022. Na medida em que a compensação dessas perdas foi

vetada, está colocado o risco de as verbas da Educação e Saúde serem afetadas.

O impacto positivo dessas medidas são poucos diante dos problemas que os trabalhadores vivem e tem como foco o período eleitoral. No primeiro semestre de 2022, o diesel acumulou alta de 33,39%, a gasolina, de 8,06%, e o gás de cozinha, de 7,49%. No mesmo período, a taxa geral da inflação, medida pelo IPCA foi de 5,49%.

Para atacar o preço dos combustíveis, é preciso atacar a política de paridade internacional dos preços. Mas isso requereria enfrentar os interesses dos acionistas privados da Petrobrás, algo para o que não há a menor disposição no Governo.



⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp194.htm

Um dado conjuntural *revelador*

Os dados apresentados mostram o baixo impacto das ações do governo Jair Bolsonaro. Mas também evidenciam uma realidade mais profunda: o Estado brasileiro vem perdendo a capacidade de regular esses preços.

A reconfiguração neoliberal não acaba com o Estado enquanto tal. Antes, adapta as instituições brasileiras a um país cuja economia e sociedade passam por processo brutal de recolonização. No

tema que nos interessa aqui, destacamos o desmonte da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Nos últimos anos foram fechados 27 armazéns públicos, cuja função era estocar toneladas de alimentos que poderiam ser usados para controlar os preços. Hoje isso não é mais possível. Desse modo, a regulação fica abertamente nas mãos do agronegócio, sempre mais interessado em auferir lucros com a exportação.



Perspectivas

O mais recente boletim Focus do Banco Central (23 de setembro) aponta tendência de queda do IPCA em outubro e novembro. Mas as expectativas do mercado não significam boas notícias

para a classe trabalhadora. A tendência em relação aos preços dos alimentos ainda é de alta: passou de 12,3% para 13,2% no caso do IPCA e de 12,6% para 13,8% , no caso do INPC.⁶

⁶ IPEA. Carta de conjuntura nº56. <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/09/analise-e-projecoes-de-inflacao-6/>



 (31) 9697-4672

 ilaese@ilaese.org.br

 [.com/ilaese](https://www.facebook.com/ilaese)

 [@ilaese.org.br](https://www.instagram.com/ilaese.org.br)

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.